

## Capital Social e Lógica Conexionista

*Resumo:* Este artigo constitui uma reflexão sobre questões de desenvolvimento que se colocam ao nosso país num momento de reconfiguração internacional de lógicas, tecnologias e processos produtivos. O Estado-providência dilui-se dando lugar a novas gestões públicas, o terceiro sector encontra legitimidade para uma reafirmação. Repensar as polarizações planetárias e formas de assegurar posições na lógica de fluxos que caracteriza a 'rede' mundial são desafios ao desenvolvimento nacional que obrigam a uma abordagem de dissonâncias presentes entre as instituições estruturantes: 'família', 'escola' e 'trabalho'. Propõe-se uma análise que dirigida a recém-licenciados na área da informática como informadores privilegiados de (re) configurações económicas, sociais e políticas em Portugal.

*Palavras-chave:* Novas tecnologias; políticas sociais; exclusões sociais

## Social Capital and Conexionist Logic

*Abstract:* This paper is a reflection about the development issues that arise in Portugal in a moment of international reconfiguration of the economic, political and social logics based on new information and communication technologies (NTICs).

It is urgent to rethink the planet polarizations and the forms of assuring positions in fluxes logic (of information, capitals, services and products) that characterizes the world "net", as a challenge to the national development in a perspective of approaching the asymmetries detected among structural institutions of practices and representations: "family", "school" and "work".

It is based on a study settled in a PHD in Sociology in the University of Porto in witch is developed an analysis directed to informatics graduates as privileged informers of economic, social and politic (re) configurations in Portugal based on NTICs.

*Key words:* New technology, social policies, Conexionist logics.

José Carlos Pereira de Moraes, ISPGaya

## 1. Novas tecnologias e uma nova gramática do tempo.

Tempo: medido, espartilhado, vivido, apropriado, construído, imaginado e imajado. Cada pessoa tem o seu tempo, a sua gramática para ler o tempo (Fernandes, 2000b). A forma como o vive e entende é configurada, por exemplo, pela posição ocupada nas relações de produção e pelo trabalho/emprego que lhe cabe segundo as lógicas de divisão social do trabalho que caracterizam determinada sociedade – lógicas cujas imanências correspondem a terminado tempo. Diríamos das propriedades ortopédicas do trabalho na construção do *habitus* individual ou de classe (Costa, 1999). Limitar as construções simbólicas e ideológicas às tarefas desempenhadas, ao trabalho, é limitador de ponderações sobre um livre arbítrio próprio ao ser humano e a mais nenhum ser vivo, capaz que é de usar a sua 'matéria pensante' - *res cogitans* - muito para além do que o homo sapiens augurava à 120 mil anos, aquando do início da sua diáspora planetária com berço no continente africano. O trabalho é estruturante, a par de estruturas e construções *ab initio* com a ténpera da família e demais instituições sociais, como a escola (Bourdieu, 1979, 1987, 1989, 1997; Bourdieu e Passeron, 1964). As condições objectivas da existência asseguram uma 'corrente' entre trabalho e indivíduo, quer nas suas propriedades emancipadoras quer na sua vertente posicionadora de lugares de classe, por vezes não desejados, como não desejados podem ser os conteúdos do trabalho e do emprego. O trabalho é um operador simbólico fundamental, dizendo *quem* são os indivíduos, o que são, como se podem situar no espaço social em termos de posições disputadas por agentes envolvidos em estratégias, ou na sua subversão, que garantam lugares centrais, porque legitimadores da ordem social vigente segundo a grelha ideológica/simbólica classificatória imposta pelos ocupantes desses lugares centrais na viagem pelo tempo que todos encetamos à nascença e findamos com o óbito, preocupando-nos com a transmissão da centralidade destes lugares aos nossos herdeiros. O trabalho de cada um é uma marca de distinção (Bourdieu, 1979, 1987, 1989, 1997; Bourdieu e Passeron, 1964).

Os 250.000 anos que demorou a passagem do paleolítico para o neolítico (períodos classificados diferencialmente por relação à tecnologia empregada – pedra lascada e depois pedra polida) são imponderáveis na contemporaneidade, caracterizada que é por mudanças radicais de tecnologia empregada a cada trinta anos, sendo que dentro de cada 'vaga' (Toffler, 1984) de tecnologia a mudança ocorre a cada segundo que passa. Esta tecnologia faz parte do constructo simbólico e material que se denomina 'cultura', sendo que a micro-electrónica difundida a partir de meados dos anos 70 do século passado configura a realidade simbólica e as construções ideológicas com propósitos de inteligibilidade estruturante e ordenadora da realidade objectiva (não obrigatoriamente ordenada).

Sobre as novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC's) recai a responsabilidade e a esperança de recon-

figurarem relações de produção, lugares de classe, a coesão social sob a égide de um novo modo de produção, por ora assente nas dinâmicas do industrialismo e na lógica económica internacional que lhe esteve (está?) inerente. O trabalho, o consumo e o lazer podem agora ser alvo de mudanças imponderáveis no paradigma industrial, configurando uma cidadania nova.

## 2. Novas tecnologias e novos serviços: um novo modelo de desenvolvimento nacional?

As NTIC's são uma realidade, incontornável porque a sua presença é evidente, inevitável. O paradigma informacionista (Castells, 2003a, 2003b, 2005) reporta a presença da micro-electrónica em todas as áreas da actividade humana, sendo que a agricultura e a exploração espacial usam e desenvolvem esta tecnologia, configurando um conjunto de profissões que corporizarão um sector quaternário (Clavel, 2004; Castells, Castells, 2003a, 2003b, 2005) para além do terciário, já existente. Estes novos serviços assentes na difusão/uso generalizado de novas tecnologias reformulam a realidade do trabalho sendo óbvio (no informacionalismo) que absorverão força de trabalho local de momento excedentária porque desocupada pela indústria que se deslocou pelo globo na senda de vantagens locais, que vão desde o preço da mão-de-obra ao acesso a matérias-primas mais baratas usáveis sem limites legais à poluição inerente à produção. O capital e o trabalho, enquanto fonte de riqueza nacional nos moldes que caracterizam o industrialismo já não estão no centro do sistema-mundo, estruturando-se uma nova ordem económica mundial ditada a partir de centros que geograficamente se deslocam (deslocalizam?) numa lógica de fluxos já existente, mas agora intensificada nos conteúdos e na velocidade pelas novas tecnologias.

A nova lógica de fluxos tem como fulcro a informação, o saber (Castells, 2003a, 2003b, 2005). Pode mais quem sabe mais e quem consegue materializar esse saber. Investigação e desenvolvimento (I&D) constituem a lógica que domina cada vez mais. Os fluxos ligam agentes a nível planetário, sendo que estes agentes são cada vez mais numerosos e complexos, partilhando um jogo (*illusio*) do qual não são donos e logo não controlam, sendo a realidade caracterizada pelo 'risco' (Beck, Giddens e Lash, 2000), nas suas facetas destruidoras e renovadoras, numa lógica de reflexividade e de renovação adaptativa, destradicionalizadora porque recriadora (Beck, Giddens e Lash, 2000; Giddens, 1992, 1997, 1999). A tradição legitima-se pela possibilidade de fazer face a novos desafios. A herança histórica é seleccionada por relação aos desafios do presente.

Se é verdade que autores há que constatarem uma diluição do passado e das suas propriedades estruturadoras da identidade pessoal por inerências da ilusão do consumo, porventura mais desestruturante do que integrador (diferenciado por condições objectivas da existência, como a posse diferencial de capitais diferenciados) afastando pos-

sibilidades de uma consciencialização de lugares de classe como inerência de um processo histórico de construção da produção (Lopes, 1997) - e logo de alteração da estrutura social diferenciante entendida como natural, óbvia e lógica -, outros autores (Fukuyama) reforçam as possibilidades de 'confiança' nesta lógica de fluxos onde se consolidam valores que no seu conjunto darão corpo a uma ética presente sem que os indivíduos se relacionem com obrigação de uma interacção face-a-face - em co-presença - onde o universo moral partilhado é exibido/exposto nas encaixas que corporizam a realidade relacional quotidiana (Goffman, 1968, 1982, 1993).

### **3. Novas tecnologias e a lógica dos fluxos: a governança possível**

Fluxos. Fluxos de informação, fluxos de capitais, de serviços, produtos e pessoas. Fluxos dentro de fluxos, redes dentro de redes e fluxos dentro das redes. Sendo a lógica dominante a dos fluxos, impera a necessidade de participar desses fluxos, participar da rede de fluxos, com um lado mais visível na *Internet* (Castells, 2003a, 2003b, 2005; Cardoso, 2005; Cardoso, Costa, Conceição e Gomes, 2005). Assumimos as potencialidades da participação nos fluxos (Capucha, 2005), possibilitadora de 'saltos' em termos de modernização, sendo que uma região deve colocar 'contributos' na rede para não ser afastada para 'longe'. As posições na nova geometria variável do sistema-mundo (Castells 2003a, 2003b, 2005) são aferidas pela partilha da rede, em tudo o que isso possa implicar. Mais *online*, mais central, mais *offline* mais periférico (Santos, 2006).

O desenvolvimento nacional passará pelas modalidades de participação no jogo (*illusio*) dos fluxos, sendo óbvias as necessidades de familiarização da população portuguesa com esta conectividade e suas potencialidades, de modo a não 'estagnar' por inerências também óbvias de uma modernidade inacabada e muito própria (Costa et al, 1998). Um estudo recente (Cardoso, Costa, Conceição e Gomes, 2005) mostra as consequências em termos de participação na 'rede' de limitações estruturais nacionais que remetem para diferenças com relação directa a variáveis como a profissão e idade, construindo-se a partir de dados empíricos teoria que conclui o analfabetismo (também funcional) da população portuguesa, muito explicável pela história nacional que caracteriza o pós 1ª república.

Aproximar os portugueses da lógica dos fluxos é o desafio que se apresenta a políticos e a legisladores, programadores e investigadores. Diremos que verificamos a existência de três países dentro de um mesmo país. O país dos cidadãos que protagonizam a lógica dos fluxos, o país dos cidadãos que espectam a lógica dos fluxos e o país dos cidadãos que a desconhecem - apesar de por ela serem condicionados mais ou menos directamente. Três países que correspondem a três tempos construídos e vividos diferentemente.

Os Estados-nação instituídos são-no porque delimitaram um pedaço de território que procuram proteger (já que a existência do Estado inere este território próprio), reclamando-se possuidores de especificidades únicas, económicas, culturais e sociais, se é que as poderemos entender como dissociáveis. Reinventar um Estado-nação com base numa estratégia concertada por entidades supra-nacionais, como a 'Estratégia de Lisboa', da lavra do Conselho Europeu (em 2000) com poderes executivos no âmbito da União Europeia, berço do nosso Plano Tecnológico, é possível, sim, mas as estruturas não mudam no curto prazo (por isso mesmo são 'estruturas'), sendo o caminho da mudança mais demorado do que se poderia desejar quando pensamos na competitividade da U.E. na lógica de fluxos planetária.

A competitividade portuguesa assentou até agora numa industrialização baseada em fraco investimento tecnológico e em salários esmagados (Santos, 1998), baixo investimento tecnológico possibilitador de inovação pouco dispendiosa e baixos salários originadores de produção a custos reduzidos. Esta lógica de adaptação a demandas do centro da economia-mundo com base no que 'por cá' existe é transposta para a 'sociedade-providência' que substituiu o 'Estado-providência' que nunca se concretizou verdadeiramente, sendo que a dualidade da sua acção desprivilegiou sectores da população entregues a si próprios e às redes de solidariedade que foram constituindo rentabilizando vantagens locais, com forte presença da igreja católica (Ferreira, 2000).

A nova gestão pública pautada por critérios de gestão do sector 'privado' acima do 'serviço público' acrescentam desafios a esta capacidade de sobrevivência na semiperiferia do sistema-mundo (Murteira, 1983, 1988; Wallerstein, 2005). A argumentação consubstanciadora de estratégias de crescimento e de desenvolvimento baseada nas novas tecnologias apoia-se na participação da lógica de fluxos integrando a economia nacional no contexto da produção mundializada, cada vez menos caracterizada por posicionamentos geográficos (Capucha, 1998, 2005). Podemos produzir tudo a partir de qualquer ponto do globo. Em potência. Contudo Portugal é Portugal. Ainda. A racionalidade presente na análise da realidade objectiva revela as debilidades nacionais na lógica dos fluxos (Cardoso, Costa, Conceição e Gomes, 2005). A posição semi-periférica não está antes nem depois da realidade actual. Mantêm-se também debilidades herdadas e mantidas pelas instâncias de socialização, como a família ou a realidade do trabalho, eventualmente a explicarem práticas antigas com novas tecnologias, antigos usos em novos 'contentores' ou suportes (o digital, por exemplo).

### **4. Confiança e risco na lógica dos fluxos.**

O período de análise talvez ainda seja curto para concluir acerca de hierarquias nacionais e sociais presentes na rede e nos fluxos. Giddens aponta os *eixos* da modernidade e

aventa deslocamentos no mesmo usando um período de análise que excede os 100 anos (Giddens, 1992), sendo esta uma variável mais na apologia do desenvolvimento assente nas NTIC's. Assim, o desemprego que caracteriza os países do outrora centro do sistema mundo do industrialismo ainda não foi absorvido por ocupações num sector de serviços nado das novas tecnologias. As desregulações e exclusões originadas pelo não emprego industrial serão sanadas no longo prazo, verificando-se já alguns sinais de mudança (Fukuyama, 1996, 2000).

Crescer economicamente implica **colocar** na rede, não só **espectar** a rede. O (des) equilíbrio resultará de homeostasis regionais em termos de investigação e desenvolvimento. A I&D portuguesa acusa ainda debilidades estruturais que darão continuidade a desigualdades de posicionamento na rede (Cardoso, Costa, Conceição e Gomes, 2005). As páginas na *net* em português são ainda escassas por comparação com outras línguas, sendo também pouco peso das patentes nacionais no PIB (Cardoso, Costa, Conceição e Gomes, 2005).

A lógica dos fluxos é a lógica para a qual nos temos que preparar, ganhando vigor a discussão em torno das responsabilidades do Estado na *info-inclusão*. Em princípio propiciadora de novos protagonismos em termos de elites e de reconfiguração da cidadania. A formação será a chave para o desenvolvimento. Formação ao longo da vida, direccionada para um saber renovável e descartável, com um ciclo de vida cada vez mais curto, substituidor do saber e qualificação entretanto obsoletizados.

Quem já participa da lógica destes fluxos dispensará formação, constituindo agentes activos nos processos de troca flexiva pelos quais se mantêm *online*, eventualmente desempenhando tarefas a partir do espaço doméstico encomendadas a nível nacional e internacional, constituindo repositórios de informação usável *worldwide*, ou demandando produtos e serviços onde quer que os possa encontrar de forma mais vantajosa. A participação na lógica de fluxos ultrapassará o contacto com as novas tecnologias, indo para além de usos individualistas/egoístas, como a conectividade reportada a troca de informações de carácter pessoal que substituíram o telefone ou o correio tradicional. A lógica dos fluxos vai para além de acções que giram em torno do bem-estar emocional dos utilizadores da Internet. O associativismo terá porventura uma grande oportunidade com as possibilidades comunicacionais inauguradas com a *World Wide Web* estruturando redes de relacionamento incrementadoras do *capital social* individual ou do grupo de interesse. Mais e melhor gestão de recursos e possibilidades em geral, a par de uma reconfiguração das possibilidades de negociação de interesses individuais face a outros interesses e poderes instituídos, em termos nacionais e internacionais, configuram identidades e logo a defesa de interesses partilhados. Mais do que uma visão das negociações de imposições Estatais como são as políticas sociais submetida a lógicas de identificação com a esquerda

ou com a direita, serão os interesses individuais a ditar a acção tornada colectiva, sendo que individualmente cada cidadão estará envolvido num processo continuo de renovação adaptativa, de auto-reflexividade (Giddens, Scott e Lash, 2000; Giddens, 1997, 1999).

A cidadania nunca foi tão acessível, já que a conectividade aproxima todos os que a procurem da gestão da vida pública, do espaço público, do *centro* enfim. Subúrbios e periferias podem desaparecer virtualmente pelas virtuosidades da realidade virtual. Como chamar o maior número de cidadãos ao *illusio* dos fluxos? Se a aproximação à informática está dependente da formação académica, que denota regularidades sociais por relação a classes sociais de origem (Fernandes, 2001), as novas elites serão constituídas pelos mesmos cidadãos das anteriores, reproduzindo-se velhos fenómenos de estratificação e exclusão social com as novas tecnologias.

Residirá aqui um dos principais obstáculos à concretização da democracia digital (Cardoso, 2005), ou seja, o *habitus* adquirido em contexto familiar. O diálogo metodológico entre teoria e empiria, mostra as suas virtuosidades na seguinte abdução: vantagens de partida (familiares) privilegiariam determinado relacionamento com o espaço público mediado pelas novas tecnologias, pela interface permitida entre produtores (Estado, por exemplo) e consumidores de bens e serviços. Licenciados na área da informática seriam pioneiros da nova democracia reconfigurada na realidade da aldeia global que chamaremos figurativamente de **Digitália**. Mas não são.

## 5. Uma nova nação: a Digitália.

A Digitália é uma aldeia global, cada vez mais, é verdade. Contudo a visão inocente de uma unidimensionalidade do pensamento (Lopes, 1994) incapaz de fragmentar uma sociedade fechada - por oposição à 'sociedade aberta' de que fala Popper (1987) - orquestrada apenas por uma racionalidade capitalista e logo de **lucro** será de rejeitar desde logo. Não porque a forma de estar ocidental/capitalista não esteja a 'colonizar' o globo, mas porque esta 'colonização' é multiforme, concretizada numa miríade de formas e modalidades que variam não só de continente para continente, de país para país, mas dentro de um mesmo país. Dizemos que a par de neoglobalismos se afirmam neolocalismos (Lopes, 1994), exportados por vezes, outras vezes preservados por relação a um inimigo real ou imaginado, sendo a fonte das identidades fundada em características básicas ou primárias como a cor da pele ou a religião (Castells 2003a, 2003b, 2005).

Pressupomos que o ser humano, onde quer que se encontre (geograficamente ou socialmente - por relação a uma determinada estrutura de classes) na Digitália não é mais inteligente ou menos, mais ou menos racional, apenas é. Encripta e desencripta a realidade espaço-temporal atribuindo-lhe conteúdos- ou *autentix*, recorrendo a linguagem militar - no contexto simbólico que detém (cons-

truído e em construção, sempre), e com o qual estrutura a realidade (Fernandes, 2000a; Lopes, 1994), sentida e vivida diferentemente, sempre multiforme e sempre mutante, residindo aqui o elemento 'vida' do real social. A estrutura é estruturante na Digitália como em qualquer 'lugar', sendo que um pensamento único será impossível porque únicas são as determinantes estruturais da realidade objectiva própria a cada cidadão do planeta. Dizemos pensamento único ou modelo de desenvolvimento único. Poderemos até conceber a existência de vários modelos de desenvolvimento dentro das mesmas fronteiras nacionais, como diferentes podem ser os tempos construídos e vividos por cidadãos diferentes. Pensamos que residirá aqui o principal enfoque da análise do desenvolvimento nacional no contexto do informacionalismo, bem como a intervenção social, planeada por relação aos plurais construtos simbólico/económico/sociais em torno das NTIC'S. A noção da impotência relativamente ao sistema democrático existente ou a noção do curto alcance das vistas dos nossos empresários ou do Estado, o pessimismo relativamente ao futuro são exemplos de construções estruturantes dos usos da 'rede' que deverão ser justificados forma científica, justificando apropriações culturais (simbólicas, portanto) do real e construções sobre as (im) possibilidades de com ele lidar (contemplando também a mudança), explicando práticas sociais perspectivadas em termos de 'fenómeno social total' (como foi entendido por Marcel Mauss) cruzando diversas instâncias de construção e reformulação de *habitus* (Bourdieu, 1979).

Afigura-se-nos oportuno neste ponto em que advogamos a neutralidade ética e a análise racional e simultaneamente multidimensional dos fenómenos sociais, procurando na *imaginação sociológica* conexões entre factores determinantes que conjugados resultam na realidade social a abordar, procurando nesta elaboração compreensiva da constelação de 'causas causantes' fundamentos para apontar ou construir as mais determinantes. Assim, poderemos tentar compreender a configuração do tecido industrial português, caracterizado por pouca inovação tecnológica e com uso da mão-de-obra pouco qualificada e mal paga. A existência desta mão-de-obra pouco qualificada 'estrutura' ou justifica o uso da mesma, por outro lado o uso deste tipo de mão-de-obra institui ou torna natural o seu uso e as práticas de salários esmagados. Estruturas estruturam práticas, práticas estruturam as estruturas: as estruturas são estruturantes. Poderemos afirmar que os nossos empresários assumiram práticas possíveis no contexto da nossa realidade semi-periférica que naturalizou empresas/unidades fabris de reduzida dimensão com pouco investimento em factores de produtivos como o trabalho (muito) qualificado ou formação bruta de capital fixo. Estas são características que permitem lucro em condições de demanda variável do mercado nacional e internacional. Uma lógica dos fluxos **nossa** pode estar já em prática há décadas: aglomerados industriais compostos por unidades de reduzida dimensão, com fraco investimento tecnológico, próximas geograficamente

e que combinam entre si processos e lógicas produtivas. Em casos de necessidade de alteração do *outcome* produtivo, a reduzida dimensão, o fraco investimento em tecnologia e de um modo geral em capital fixo, bem como o recurso a uma mão-de-obra pouco qualificada e renovável (substituível ou readaptável) permite uma mais fácil renovação e reorganização entre unidades de produção, ou seja, uma maior reflexividade adaptativa (no sentido que Giddens lhe atribui). Este raciocínio supra realizado é um exercício de procura de estruturas que se escondem nas práticas, a procura da sua racionalidade, o modo como estas práticas elas próprias se 'solidificam' em estruturas, que dando continuidade a limitações estruturais nacionais são o seu reflexo 'adaptativo'. A abdução obrigaria a um contacto empírico com os nossos empresários, raciocinando reflexivamente entre aportes das suas revelações e aportes da teoria.

## **6. Apontamentos para uma investigação assertiva com a actualidade nacional.**

O procedimento científico implica sempre uma fase exploratória (Quivy e Campenhoudt, 1992) na qual são realizadas leituras reorientadas, como reorientados serão os interesses da investigação, por informação obtida junto de informadores privilegiados relativamente às temáticas visadas. Os recém-licenciados em informática servirão por razões óbvias como o fiel da balança de práticas e representações que remetem para a democracia no contexto não da Digitália mas agora de Portugal. A justificação do analfabetismo em geral, do analfabetismo funcional, da info-exclusão não se aplicará a este grupo de cidadãos portugueses. Recém-licenciados já contactados e colocados em situação de entrevista grupal revelam basicamente três ordens de ideias: 1º opiniões divergentes acerca da vanguarda protagonizada pelo Estado vs sector privado em termos de modernização, ora impulsionadores ora bloqueadores de mudança; 2º opiniões também não consensuais acerca dos usos da Internet por parte da população que revelam pouca reflexão acerca de possibilidades novas para a democracia e gestão do domínio público e visões dissonantes acerca de razões de uso da mesma; 3º constatação consonante da presença crescente das NTIC's na realidade individual e colectiva, com usos práticos crescentes no trabalho, adiantando que muita da inovação tecnológica será forçada por razões de produtividade, sendo o sector privado muito 'racional' na aquisição de tecnologia nova, já que o tecido empresarial não está sensibilizado para o paradigma informacionista, por falta de visualização de resultados inerentes aos seus usos, diríamos, estando a interiorização da racionalidade/lucros por ora (?) adiada.

Este vaivém heurístico entre discurso de informadores privilegiados e possibilidades 'apropriadoras' da realidade confirma suspeitas de construções desenvolvimentistas

nacionais dissonantes de um 'modelo reinante', que apontaria no sentido da integração da microelectrónica e da informática em todos os sectores de actividade - primário, secundário e terciário, mais um que lhe seria totalmente 'devotado' porque por elas criado, o quaternário (Castells 2003a, 2003b, 2005). Esta integração será realizada por um 'overcome' do informacionalismo e da lógica dos fluxos que lhe está inerente (Castells 2003a, 2003b, 2005; Cardoso, Costa, Conceição e Gomes, 2005), numa lógica de reflexividade (Giddens, 1997) visível porque materializada em opções tecnológicas materializadas em dispositivos e processos produtivos sempre em reflexividade adaptativa, como em adaptação constante estarão os cidadãos imbuídos ou abarcados por esta lógica.

Mais do que conhecer presenças crescentes de NTIC's no nosso país, será fundamental conhecer até que ponto, e até quando, a produção, e 'qual' produção, poderá continuar a prescindir destas aplicações da micro-electrónica. A interpretação dos discursos levanta a ponta do véu que esconde discontinuidades no terreno e a programação política que advoga a familiarização com a lógica de fluxos mundial como parte de uma estratégia de crescimento e desenvolvimento integradora do território nacional na lógica de produção global (Capucha, 1998), que talvez não necessite de novas configurações nos 'acessos', nas configurações democráticas nacionais e supranacionais, nem contemple novos 'projectos' de sociedade.

### **7. Um novo papel para o Estado e para a Escola: os principais agentes de mudança social nacional.**

Questões renovadas se afiguram acerca do papel formador e educador do Estado, materializado por exemplo em tudo o que respeita ao sistema de ensino português. As limitações da formação residem não no próprio conteúdo da formação mas nas (re) aprendizagens realizadas na realidade objectiva do trabalho ou nas heranças de disposições e sensibilidades em contexto familiar. A escola continua a ser um espaço de confirmação de habitus e de reformulação ou reconstrução do mesmo (Bourdieu e Passeron, 1967), mas estaremos atentos à realidade vivida fora do ensino formal e formatado, mas no domínio do informal e do implícito decorrente dentro das *boundaries* da escola (Lopes, 1997). Mais do que imposta, a familiarização com a net deve ser construída, a par de formação para a cidadania, emancipadora e neste caso destradicionalizadora por relação a mundividências arreigadas pelos 48 anos de *ancien regime*.

Mudar o paradigma de ensino. Vamos. Tactativamente experienciam-se acções e reacções, vozes ajustam-se aos ecos, sendo que os ensinantes reformulam acções e conteúdos na nova realidade mundial. Rodeamo-nos de novas tecnologias materializadas no telemóvel e no quadro interactivo que substitui o *blackboard* onde o giz dá lugar à apresentação digital de conteúdos. Olhar o quadro digital ou o ecrã do computador não faz, *per si*, dos cidadãos

participantes activos na lógica dos fluxos. 'A vida no ecrã' diria Sherry Turkle (1997), já que observar a realidade e falar dela (para lá dos egoísmos) pode não resultar na sua alteração - económica, social, política, cultural, militar, etc.

Falamos de 'mudança social' porque é inerente à erradicação da pobreza e da exclusão social. Inclusão implica deixar de estar em situação de exclusão, implica mudar, reajustar, redistribuir, dar meios de emancipação e de não-dependência (Fernandes, 1991, 1992, 1993, 1995a, 1995b, 2000a, 2000b, 2006). Contactos com investigadores nacionais, privilegiados informadores acerca da sociedade da informação em Portugal revelaram um pressuposto basilar na avaliação da situação actual de Portugal em termos de políticas sociais: a presença de tecnologia nova não acarreta obrigatoriamente novos modos e relações de produção, sendo natural a coexistência (à semelhança do que acontece com outros países) de diferentes tempos no espaço nacional, mais ou menos relacionados com o tempo dos fluxos (Gustavo Cardoso em entrevista ao autor, 7 de 2007). A certeza de efeitos de *spillhover* (Silva, 2004) em termos de crescimento económico e de desenvolvimento não serão aceitáveis pressupondo protagonistas do crescimento económico e cidadão que por inerências deste crescimento de outrem melhoram os seus níveis médios de consumo (Giddens, 2004), elites e demais cidadãos alheados de o ser - como acontece com a comunidade mexicana em Silicon Valley, dualizando com novas modalidades o espaço social e as suas representações (Fernandes, 2000a).

### **8. Informacionalismo e Qualidade Social: para além da esquerda e da direita**

Escuda-se a argumentação do informacionalismo nas possibilidades comunicacionais agora disponibilizadas, propiciadora de 'qualidade social' (Capucha, 2005).

Mais do que disponibilizar importa veicular as lógicas e razões do uso da *net* possibilitadora de incrementos de 'capital social'.



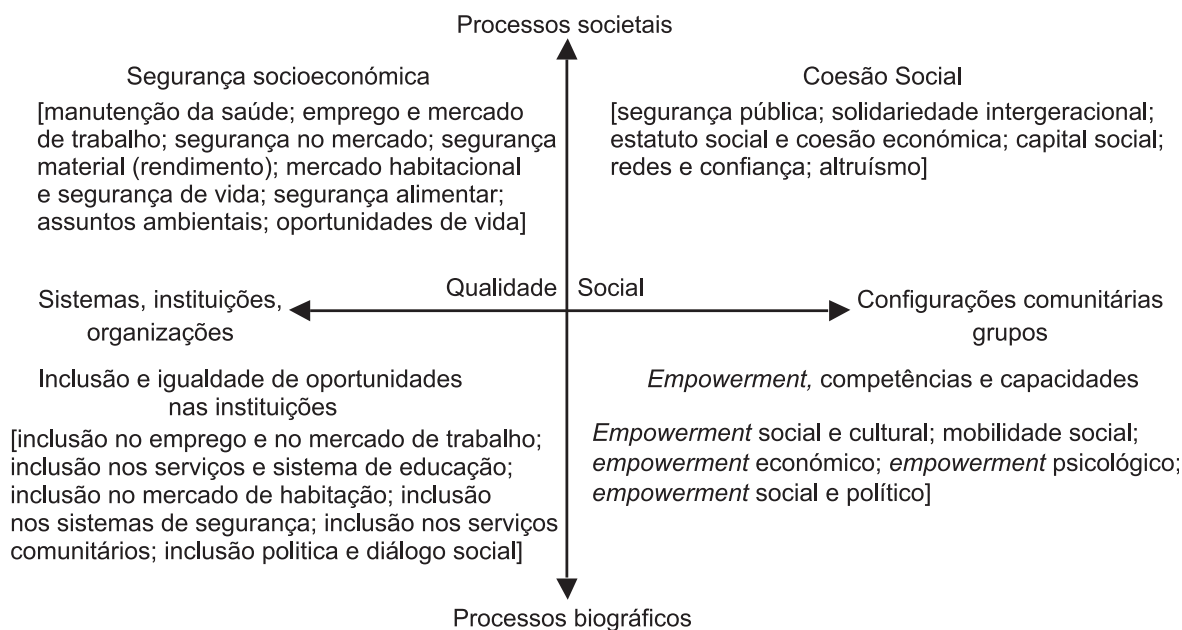


Figura 1 - Qualidade Social  
 Fonte: Wolfgang Beck e outros, 2001: 331, cit. Capucha, 2005: 38

Se os quatro eixos da 'qualidade social' (indicador de «bem-estar» presente na linguagem da programação política europeia desde os anos 90 do século passado) encontram seguimento nas possibilidades comunicacionais inauguradas com as NTIC's, sendo provavelmente maior esta qualidade social em populações que integram a rede - estando «conectadas» - comparativamente a grupos (comunidades, países e continentes, alargando o foco da análise) que o não estão. Mas os *usos* serão determinantes das características desta comunicabilidade.

A *abdução* (tal como a definiu epistemologicamente Levy-Strauss) revela as suas virtuosidades na procura de orientações para políticas sociais a praticar. Cada país, cada região e cada comunidade revelam a sua singularidade em temas que são estudados e situados problemáticamente em termos mundiais. A 'impregnação' de teoria na análise factual será limitadora se aludirmos, por exemplo, a inadequações na análise do desenvolvimento entendido como tendo inerente o subdesenvolvimento das periferias e favor de um desenvolvimento modelado e localizado no centro. Lembramos que o 'centro' não tem território, tal como o capital, se bem que na actualidade seremos capazes de identificar «reminiscências» desta localização territorial do centro, mais a norte do que a sul (Emmerij, 1993). O informacionalismo não será enquadrável por uma análise da 'esquerda' (?). Uma análise com o paradigma (neo) conservador (escola anglo-saxónica, divergente da escola francesa) também será desadequada porque descuradora do papel estruturante das estruturas (da infra-estrutura material, segundo Marx), pelo menos nos moldes em que a escola francesa o faz, centrando-se mais nos protagonismos individuais para explicar o crescimento económico e o desenvolvimento nacionais, sendo assim mais liberal a visão da realidade das nações.

Para além da esquerda e da direita deverá ser orientada a análise científica, adoptando uma postura cautelosa relativamente às habilidades e possibilidades efectivas de negociação e reivindicação de interesses do cidadão, como faz Giddens (Giddens, 1997), que deixa para a gestão estatal assuntos situados num plano supra interesses pessoais, como o ambiente. A reconfiguração da democracia tarda e tal como tarda um novo estado das regulações sociais (Fernandes, 2006). A confiança de Fukuyama (1996) continua por ora adiada no nosso país.

O Estado demite-se de um conjunto de serviços sociais que caracterizaram o Estado-providência (fosse qual fosse a sua configuração nacional), ao mesmo tempo a realidade de um sector privado incapaz de produzir bens e serviços acessíveis à generalidade da população é incontornável. A realidade do emprego acrescenta temores relativamente ao futuro. A democracia continua por reconfigurar, até nas responsabilidades gestionárias (Sainsalieu, 1997) que a sociedade civil (não) reclama para si própria e na representatividade da esfera política cujas lacunas não se afiguram de molde a serem contornadas (Fernandes, 2006).

Poderemos ter, contudo, uma certeza, a de que o desenvolvimento não é uma questão temporal, de acompanhamento de modelos impostos por lógicas alheias às realidades nacionais. O desenvolvimento é não uma questão de *tempo* mas de *tempos*. Diferentes. Vividos distintamente os diferentes *tempos* diferenciam os cidadãos. Há o tempo dos *fluxos* e os *outros* tempos. Vamos 'lá chegar', um dia, diríamos constatando o «atraso» português. Portugal não está a caminho para o desenvolvimento. Caracteriza-se por uma realidade multidimensional própria, construída segundo a segundo, estruturada por estruturas e recriada nas práticas assim estruturantes. Cada país percorre um

caminho próprio e único (Emmerij, 1993)). Na lógica dos fluxos, só seriam integradas na 'rede' populações e cidadãos formatados (parece que falamos de uma memória digital) para receber, processar e passar informação digital. Esta 'unicidade' nacional faz recair a nossa atenção nas estruturas estruturantes (instâncias de inculcação / estruturação de *habitus* que já referimos) de práticas e representações dos cidadãos na procura de entender os 'nossos' licenciados em informática, formando uma imagem futura de impactos das políticas sociais apostantes na familiarização generalizada da população portuguesa com a informática.

Recorreríamos metodologicamente ao construcionismo de Bourdieu baseando-nos nos factos para construir teoria, mas o carácter único da realidade portuguesa poderá demandar caminhos metodológicos que dêem conta da nossa originalidade: a abdução. Factos revelam estruturas profundas que os explicam. Lévi-Strauss não reportou o carácter estruturante dos mesmos, factos que são práticas e representações. Fê-lo Bourdieu. Aliaríamos o construcionismo à observação «próxima» e contínua nos moldes em que caracteriza a pesquisa qualitativa praticada pela antropologia. Ecletismo e ecumenismo metodológico com aportes positivos da reflexividade face à política social imposta, sem que o cidadão ao qual se dirige *image* sequer a possibilidade de a negociar ou configurar. O modo de sanar descontinuidades entre a acção programática e a realidade no terreno, assertivando estratégias de intervenção e seus destinatários. Este é o caminho para o desenvolvimento nacional, aparte posturas ideológicas imanentes de interesses de determinadas formações sociais e não de outras, bem como construindo teoricamente para além de propostas porventura descontextualizadas geográfica e temporalmente.

Diferentes grupos sociais constroem, vivenciam, fruem diferentes tempos, com conteúdos diferentes, com práticas e usos, por exemplo das NTIC's que não só são a evidência de construtos disposicionais diferentes como estruturam as práticas que lhe corresponderam segundo uma lógica de continuidade entre realidade objectiva e ideação harmonizadora do cosmos visionado. Cosmética é também esta ideação porque superadora das contradições encerradas pelo processo histórico do devir social.

Se as práticas de cidadania e da sua afirmação não estão arreigadas nalguma população, não serão antigos usos para as novas tecnologias de que nos rodeamos o motor de práticas de democracia de acesso, porventura reformuladoras de lógicas de integração e de regulação geridas por interesses de 'agentes' envolvidos em estratégias de conservação da 'grelha' que opera simbolicamente nas leituras da realidade objectiva, ora impondo o 'melhor' produto ora impondo a 'melhor' gestão.

## 9. A Cíté por projectos

Como nos lembra Campegnoudt (2001), Giddens visualiza o risco como fonte de reflexividade. O risco de Beck (cit in

Campegnoudt, 2001, p. 287-288) obriga a uma percepção que envolve construções simbólico-culturais orientadoras da acção actual e futura (programação), ocupando um lugar central nas sociedades modernas.

A construção social da realidade é orientada pela percepção de risco, sendo que a própria leitura do tempo é mais centrada na projecção do futuro como bússola orientadora do presente.

Este risco é encarado por Giddens e Beck, por exemplo, como constituindo factores importantes de politização (como lembra Campegnoudt, 2001), sendo esta politização motor de interesse, de motivação e de participação efectiva na gestão da vida colectiva, dando origem a movimentos sociais que se generalizam pelo globo.

O Estado é entendido como um parceiro de discussão, de negociação, constantemente avaliado nas suas capacidades de programação, de antecipação do risco, sendo cada vez mais, um protagonista central (agente) de mudança.

As TICs potencializariam esta reflexividade pelas possibilidades oferecidas em termos de comunicação, de troca de informação, contribuindo, no seu conjunto, esta troca de fluxos numa rede para o exercício pleno/ efectivo da cidadania, nas suas componentes de integração social, ora sob uma perspectiva de rentabilização económica desse saber, ou sob uma perspectiva social dirigida para estruturação de relacionamentos com repercussões noutros domínios do social, se bem que sejam indissociáveis.

Este cenário será viável ou visível numa sociedade onde os níveis de literacia, entre outros factores estruturais, permitam o usufruto generalizado das potencialidades da rede e das tecnologias que lhe são inerentes, em que os cidadãos visualizam a esfera do político como sendo também sua e na qual o próprio campo do político está sujeito a lógicas e interesses que fazem a programação estatal do bem comum e do serviço público, bem como a receptividade ou a permeabilidade às solicitações da sociedade que serve ser contextualizada no seguimento da prossecução de interesses particulares (que podem ser descoincidentes dos do colectivo) instrumentalizando por relação a interesses próprios a organização estatal, o Estado e o sistema de democracia representativa.

As ciências sociais têm sido inovadoras "no modo como colocam o problema da transformação da função política" (Campegnoudt, 2001, p. 285). Giddens (cit in Campegnoudt, 2001, p. 186) afirma a centralidade da reflexividade na "segunda modernidade" ou na "modernidade reflexiva" questionando-se os limites da razão, as suas pretensões e os seus fundamentos. Nesta linha, "hoje a reflexividade constitui o próprio âmago do modo de funcionamento da sociedade, sendo que a sociedade reflexiva procede «ao exame e à revisão constante das práticas sociais, à luz das novas informações respeitantes a estas mesmas práticas, o que altera assim, de maneira constitutiva, o seu carácter» (Giddens, 1994, p.46, cit in Campegnoudt, 2001, p. 286).



O *self* do indivíduo refaz-se constantemente num esforço de auto-análise, num esforço de reflexividade individual ou de grupo. O *self* é um projecto reflexivo, nunca cristalizado, alterando-se num esforço de mudança, mudando a forma como cada indivíduo se vê a si próprio e o real que o rodeia.

As práticas e representações do nosso grupo alvo de análise indicarão pistas acerca desta reflexividade e dos seus moldes.

A nossa intenção é a de situar práticas e representações indicadoras de integração social no contexto da *sociedade em rede*. Se bem que não pretendemos usar o conceito de *cité* criado por Boltanski e Thévenot (1991, cit in Campegnoudt, 2001, pp. 219-225), o uso desta referência é oportuna se quisermos realizar algumas ponderações sobre análises que podem pecar por um excessivo simplismo porque associam directamente (quase que obrigatoriamente) sociedade em rede e exercício da cidadania.

Assim, a “*cité* por projectos” - designação criada para dar conta do novo espírito do capitalismo, como refere Campegnoudt (2001, p. 220-221) entende a vida no contexto das empresas como uma sucessão de projectos, estando os seus membros inseridos num ou em mais projectos simultaneamente. O «valor» destes cidadãos é aferido pela sua “empregabilidade” (Botansky e Chiapello, 1999, p. 144, cit in Campegnoudt, 2001, p. 221) e pela sua capacidade de passar de um projecto para outro, com base nas suas capacidades, tanto técnicas como humanas (reflexividade?), pela sua capacidade de se envolver e, mais importante, de transitar constantemente de um projecto para novos projectos.

Este «lugar» de aferição de valor do indivíduo, segundo Campegnoudt (2001, p. 221-222):

*“corresponde à imagem do mundo e da sociedade que é da rede, isto é, um sistema de comunicação horizontal, entre um conjunto de pólos interconectados. O acento é colocado mais sobre os fluxos do que sobre a actividade dos diferentes elementos do sistema. Empresas e indivíduos não cessam de trocar informações, das quais depende o sucesso dos seus projectos. No esquema conexcionista, isto é, em rede, todas as conexões são em princípio possíveis, à imagem da Internet. A organização do mundo não obedece a uma estrutura de base duradoura cujos elementos estariam separados por fronteiras estáveis. No entanto, mesmo se a rede apresenta uma certa plasticidade, nem todas as conexões têm a mesma probabilidade de sobreviver e nem todos os indivíduos têm o acesso às mesmas informações e aos mesmos recursos. Num mundo conexcionista, a capacidade de comunicação, de fazer a empresa tirar partido da rede e de passar sem dificuldade de uma rede para outra – ou seja ser «adaptável» e «flexível» - constituem trunfos apreciáveis. O poder não assenta, portanto já numa superioridade definida numa estrutura hierárquica vertical, mas sim na capacida-*

*de de mobilizar estrategicamente múltiplas redes, para além das barreiras culturais e geográficas e conseguir, graças a elas, projectos importante.”*

Campegnoudt (2001, pp. 221-222) consegue brindar o investigador com um conjunto de considerações que, obviamente se vão delineando quando pretendemos elaborar uma problemática onde a sociedade em rede - enquanto pressuposto de base para a programação política com finalidades de desenvolvimento nacional - mas que com mestria são apresentadas nas seguintes considerações:

*“Entregue a si mesmo ou à pura lógica do mercado, o mundo das redes pode, no entanto, degenerar num vasto sistema de exploração selvagem do trabalho e dos recursos de uns (os imóveis) pelo oportunismo e eficácia conexcionista de outros (os móveis): grandes tecnoestruturas controlam informações consideráveis, ou agentes astutos conectados em rede saltam tão rapidamente quanto podem sobre todas as ocasiões aproveitáveis. A exploração própria do mundo conexcionista [...] apoia-se no diferencial móvel/ imóvel.”*

Sob a capa de exteriores atraentes, em sintonia com a crítica expressiva, o discurso conexcionista legítima de facto o amplo movimento de flexibilidade do emprego e da desestatização dos colectivos de trabalhadores que se observa, desde fim dos anos 70, na maior parte dos países ocidentais, com a consequência de um crescimento da insegurança económica e psicológica do pessoal.

De certos pontos de vista, as mudanças nas mobilidades concretas do trabalho relevam apenas do vocabulário. Longe de regredir, o trabalho em cadeia estendeu-se a numerosos sectores, nomeadamente os serviços, onde a produção se faz «em fluxos tensos e com um mínimo de stocks, caros e pesados». Os discursos sobre autocontrolo baseado sobre a confiança não impediram a multiplicação maciça dos dispositivos técnicos de vigilância (câmaras vídeo, chaves electrónicas e cartas magnéticas de memorização, acompanhamento informático de todas as operações, etc.). Por outro lado, quando ela é real, a autonomia dos gestores e dos operadores é muito relativa, pois os projectos apenas apresentam interesse e são considerados caso contribuam para a rendibilidade da empresa e para fazer crescer os dividendos dos accionistas.

É preciso aliás sublinhar que a noção de rede é ambivalente nas ciências sociais. De um ponto de vista científico, representa um paradigma ou uma perspectiva teórica segundo a qual os comportamentos devem ser explicados pela estrutura e características da rede de onde relevam. A teoria da força dos laços fracos (...) releva de uma tal perspectiva. Aquilo que se reúne sob a teoria das redes sociais compreende uma constelação de trabalhos, dos quais alguns apresentam um grande interesse e permitiram compreender melhor numerosos fenómenos sociais, como, por exemplo, a escolha do cônjuge. Mas a noção de rede é também regularmente utilizada para promover ou

legitimar certos modos de funcionamento organizacionais a partir de um verniz de cientificidade.” (Campegnoudt, 2001, p. 222-223).

Talvez Campegnoudt resuma as nossas preocupações fundamentais, situando a análise geograficamente em Portugal e na área metropolitana do Porto, usando como referência para estudo o grupo específico que já identificámos.

A abordagem do autor que atrás citamos penso que assumirá como referência França, um dos países do «centro», mas a sua análise é válida para qualquer país que queira seguir o novo *trend* desenvolvimentista que assume como plataforma a «lógica conexionista».

Não podemos dizer que Portugal se tenha caracterizado por uma gestão da vida pública nos moldes em que o fez o Estado-providência nos países do centro, julgamos no entanto que é pertinente uma análise dos novos moldes em que o Estado está a configurar a sua presença a par de uma liberalização crescente e de um “anties-tatismo” (idem, p. 223) que com ele se combina e da lógica conexionista que poderá contribuir para a noção de que a sociedade não mais será marcada por grupos que prosseguem interesses diferentes, por vezes antagónicos, já que a rede oferece possibilidades universais de acesso e sucesso social.

Este é o novo *espírito do capitalismo* e a nossa pretensão é a de uma análise de práticas e representações no seu contexto.

#### **10. Da complexidade do real, da lógica dos fluxos e da reeducação para a cidadania**

A multidimensionalidade aportadora de novas complexidades na «modernidade tardia» (Giddens, 1992), a actual modernidade iniciada com a aplicação de uma racionalismo científico elevador da condição humana por que conhecedor e providente/controlador do real e suas configurações futuras, permitindo melhor organização e planeamento em contexto industrial e urbano, acarretou modificações na ‘grelha’ que mencionámos e em quem dita as violências simbólicas (Bourdieu, 1989), retirando à instituição escola a responsabilidade de privilegiar proximidades a algumas classes sociais (Bourdieu e Passeron, 1967) renovando posicionamentos diferenciadores na estrutura social por operacionalização de currículos ocultos (Bernstein, cit in Magalhães e Stoer, 2002). A «nossa» escola já não é a escola de Bourdieu e Boudon (Lopes, 1997), os filtros são agora estruturados pelo consumo e por fruições imediatas diversas (possíveis ou imaginadas). Se bem que o ensino, concretamente o superior, denota ainda regularidades sociais nas presenças e nas posturas que remetem para origens de classe (Fernandes, 2001).

O papel do Estado educador deve ser reponderado. Se a lógica imperadora é a dos fluxos (e pobres dos que se lhe manterem alheados) lembraríamos que nunca fomos domadores da mesma e esta sempre domou o país, re-

metido para a semi-periferia do sistema mundo (Murteira, 1983, 1988). Domá-la-emos agora? Provavelmente não, do mesmo modo que não domaremos o alheamento do mercado a desregulações e lógicas que não incluem a solidariedade e a redistribuição de riqueza. O ensino da informática e a familiarização da população com NTIC’s não nos colocará no «centro», induziríamos da nossa realidade estrutural e deduziríamos a partir de estudos que pretendem apropriar lógicas a nível planetário.

Virtualidades virtuosas podem estar encerradas na lógica dos fluxos, como por exemplo as que resultaram de um fortalecimento das conexões entre formações sociais resultantes do fenómeno associativo nas formas que pode revestir. Os fluxos poderão permitir uma sociedade civil fortalecida na defesa dos seus interesses, funcionando em rede com o uso da *net*, servindo interesses que se agregam para falar mais alto, mais forte e com mais convicção. A sociedade em rede em Portugal baseia-se nas interligações multiformes que por cá se verificam e futuramente se estruturarão (Cardoso et al, 2005), deslocaríamos assim a sociedade em rede em Portugal para constructo em termos de objecto teórico que pondere cada vez mais o funcionamento em rede que inclua e re-institua o terceiro sector, empregador quando outros não o são, alicerçando uma economia social nossa (que talvez nos sirva mais do que uma economia com opções aferidas pelas respostas à demanda do mercado internacional em termos de qualidade, exequível, mas que pode dar continuidade à lógica de salários esmagados (Santos, 1998) que tem caracterizado o nosso crescimento económico.

Poderemos aliar a lógica dos fluxos e as novas possibilidades comunicacionais no reforço das construções reticulares que integram todas as componentes das solidariedades sociais tradicionais, introduzindo a formação para a cidadania (da responsabilidade mor do Estado mas protagonizável por formações e estruturas dele distintas, podendo e devendo ser, contudo, colaborantes) no sentido de criar a sociedade das associações (Puig, 1994) com uma componente de produção e prestação de serviços a executar por formações cooperativas.

A ‘rede’ **deve** substituir contactos pessoalizados entre poder local ou central e demais poderes difusos (individuais ou em formas colectivas, como as associações) geridos numa lógica de subsídio-dependência, isoladora porque reportada a interesses pessoais ou de bairro, mitigando uma visão de ‘conjunto’ por parte da sociedade civil.

No contexto da *Cité* por projectos, repensaremos o contexto de capital social, usando Bourdieu e Putnam.

## Comunidade Cívica

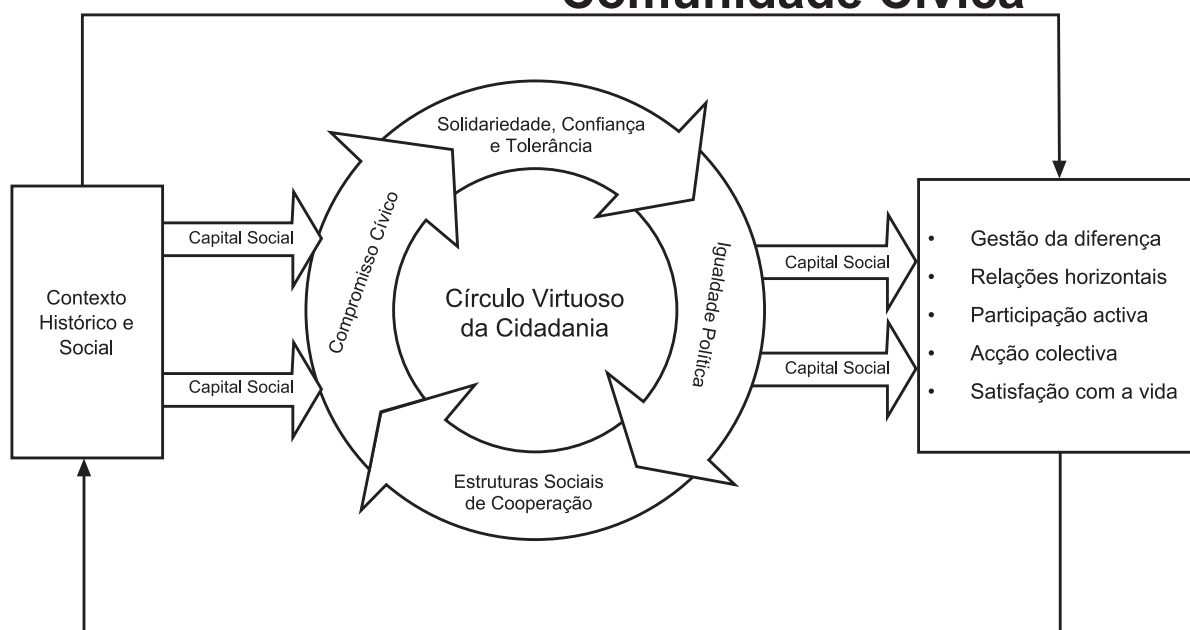


Figura 2 - Modelo de análise baseado na teoria de Putnam  
Fonte: Correia, 2007, p. 27.

A viabilidade de uma cidadania inclusiva e igualitária assente numa democracia saudável e independente do sistema económico poderá ser possível na *citê* por projectos? A projecção de uma cidadania pós-moderna recorrerá á noção de capital social com intuito de opor a um capital social bourdiano à do capital social tal como o entende Putnam (Correia, 2007). Se Bourdieu "considera o indivíduo como suporte do capital social e o único beneficiário do mesmo, aqueles que defendem a visão de Putnam, colocam o capital social nas ligações entre os indivíduos, beneficiando a sociedade como um todo" (Correia, 2007, p. 66).

Assumimos que o capital social se afigura como "um valor partilhado por um conjunto de pessoas que vivem em conjunto de forma organizada, valor esse que produz um rendimento para a organização social" (Correia, 2007, pp. 65-66). Impõem-se analiticamente a ideia de valores e normas que estruturam redes de solidariedade e coopera-

ção, que se traduzem em confiança e participação política, em contexto societal ou organizacional num ambiente de tolerância e reciprocidade.

Avaliar até que ponto a sobrevivência individual na *citê* por projectos e numa lógica de funcionamento em rede selectivo servirão estes valores de **cooperação** de fiel da balança na avaliação de comportamentos realizados e esperados e se a **cooperação** vai ser preocupação central na política social com intuito de generalizar o acesso à cidadania é a questão que nos deve ocupar. A reflexividade indutora de reunião de vozes na discussão do espaço público com base em redes que fazem recurso a meios como as novas tecnologias pressupõem disposições incorporadas e estruturadas em diversas instâncias de socialização, sendo que a realidade objectiva pode inviabilizar visões de conjunto por parte do cidadão não lhes atribui interesse, porque não lhes acede ou porque as suas preocupações não visam o espaço público, enredado que está na *flexisobrevivência*.

## Referências bibliográficas

- Beck, U; Giddens, A. & Lash, S. (2000). *Modernização Reflexiva*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction, Critique Sociale du Jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1997). *Razões Práticas, Sobre a Teoria da Acção*. Oeiras: Celta (original de 1994, Paris, Seuil).
- Bourdieu, P. (1987). *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (2001). *As Estruturas Sociais da Economia*. Lisboa: Piaget (versão original de 2000, intitulada "Les Structures Sociales de l'Economie", Paris, Seuil).
- Bourdieu, P. & Passeron, J. C. (1964). *Les Heritiers : les Etudiants et la Culture*. Paris: Minuit.
- Cardoso, G. (2005). *Democracia Digital: Efeitos e Eleitores na Era da Informação*. Oeiras: Celta Editora.
- Cardoso, G., Costa, A. F., Conceição, C. P. & Gomes, M. do C. (2005). *A Sociedade em Rede em Portugal*. Porto: Campo das Letras.
- Capucha, L. (1998). Nós e eles cá dentro: sobre o mito de um Robinson Crusoe ao contrário. In *Debates, Presidência da República, Pobreza e Exclusão: Horizontes de Intervenção*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta Editora
- Castells, M. (2003a). *O Poder da Identidade*. Colecção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2003b). *O Fim do Milénio*. Colecção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol. III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2005). *A Sociedade em Rede*. Colecção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Clavel, G. (2004). *A Sociedade da Exclusão: Compreendê-la Para Dela Sair*. Colecção Educação e Trabalho Social, Vol. IV. Porto: Porto Editora.
- Correia, S. (2007). *Capital Social e Comunidade Cívica, O Círculo Virtuoso da Cidadania. Aplicação do Modelo de Putnam aos Residentes do Bairro de Caselas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Costa, A.F. & Machado, F.L. (1998). Processos de uma modernidade inacabada. In Viegas, J. M. & Costa. A. F., *Portugal, que modernidade?* Oeiras: Celta Editora
- Costa, A. F. (1999). *Sociedade de Bairro*. Oeiras: Celta.
- Emmerij, L. (1993). *Norte – Sul: A granada Descavilhada; o Porquê da Ameaça do Subdesenvolvimento ao Ocidente*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Fernandes, A. T. (1991). Formas e Mecanismos de Exclusão Social. In *Sociologia*, I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 9- 66.
- Fernandes, A. T. (1992). Poder Local e Democracia. In *Sociologia*, II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 29 -60.
- Fernandes, A. T. (1993). Poder Autárquico e Poderes Difusos. *Sociologia*, III. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 7-34.
- Fernandes, A. T. (1995). Etnicização e Racização no Processo de Exclusão Social. *Sociologia*, I, vol. V. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 7-67.
- Fernandes, A. T. (1999). Sistema Político e Comunicação Social. *Sociologia*, I, vol. XIX. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 7-26.
- Fernandes, A. T. (2000a). Desigualdades e Representações Sociais. *Sociologia*, I, Vol. X. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 203- 214.
- Fernandes, A. T. (2000b). O Estado e a Construção da Cidadania em Sociedades de Exclusão. José Manuel Viegas & Eduardo Costa Dias, *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras, Celta, pp. 161-185.
- Fernandes, A. T. (org.) (2001). *Estudantes do Ensino Superior no Porto. Representações e Práticas Culturais*. Porto: Edições Afrontamento.

- 
- Fernandes, A. T. (2002). Níveis de Confiança e Sociedades de Risco. *Sociologia*, I, Vol. XII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 185- 202.
- Fernandes, A. T. (2006). *Monotonia Democrática e Diluição das Regulações Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fernandes, T. (2000). As organizações do terceiro sector na reforma da Segurança Social. Actas do *IV Congresso Português de Sociologia*. Edição CD rom e em Internet <http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta033.PDF>
- Fukuyama, F. (2006). *A Construção de Estados, Governação e Ordem Mundial no Século XXI*. Lisboa: Gradiva.
- Fukuyama, F. (1996). *Confiança. Valores Sociais & Criação de Prosperidade*. Lisboa: Gradiva.
- Giddens, A. (1992). *As consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (1997). *Para além da Esquerda e da Direita*. Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (1999). *Para Uma Terceira Via*. Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goffman, E. (1968). *Asiles, Etudes Sur la Condition Sociale des Malades Mentaux*. Paris: Minuit (Tradução do título original *Asylums*)
- Goffman, E. (1982). *Estigma, Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 4ª Edição.
- Goffman, E. (1993). *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Lévy-Staruss, C. (1962). *La pensée sauvage*. Paris: Plon.
- Puig, T. (1994). *La ciudad de las. asociaciones*. Madrid: Popular.
- Quivy, R. & Campenhoudt, V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Sainsalieu, R. (1997). *Sociologia das empresas*. Lisboa: Ed. Instituto Piaget.
- Santos, B. S. (1991). *Um Discurso Sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (1998). *O Estado e Sociedade em Portugal, 1974 – 1988*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (2006). *Gramática do Tempo*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Santos, J. D. (2006). *CRM offline & online*. Vila Nova de Gaia: Instituto Superior Politécnico Gaya.
- Silva, E. G. (2004). Mudança estrutural e crescimento económico. Uma questão esquecida. *Sociologia*, XIV. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto pp. 123-140.
- Turkle, S.(1997). *A vida no Ecrã - a Identidade na Era da Internet*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Wallerstein, I. (2005). *Análisis de Sistemas-mundo: uma Introduccion*. México: Siglo Veintiuno Editores.

